



**EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO
BÁSICA: ÉTICA, VALORES SOCIAIS E O PAPEL DOS PROJETOS
EDUCACIONAIS**

**EDUCATION FOR CITIZENSHIP AND SUSTAINABILITY IN BASIC
EDUCATION: ETHICS, SOCIAL VALUES AND THE ROLE OF EDUCATIONAL
PROJECTS**

**EDUCACIÓN PARA LA CIUDADANÍA Y SOSTENIBILIDAD EN LA EDUCACIÓN
BÁSICA: ÉTICA, VALORES SOCIALES Y EL PAPEL DE LOS PROYECTOS
EDUCATIVOS**



10.56238/edimpacto2025.092-018

Adriene Abrante Gomides Furtado

Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional e Clínica
Instituição: BookPlay

Érica Inácio de Araújo

Pós-graduação: Educação Infantil
Instituição: Faculdade de Educação de Tangará da Serra

Iracly Pinheiro da Prociuncla

Pós-graduação em Planejamento Educacional
Instituição: Universidade Salgado de Oliveira

Leandra Rafaella França Mancuso

Especialista em Educação Especial com ênfase em Libras
Instituição: Faculdades Integradas de Cuiába - FIC

Luzeni dos Santos Pinto

Especialista em Educação Especial na Perspectiva Inclusiva
Instituição: Faculdade UNIFIL- Centro Universitário Filadélfia

Regiane Rodrigues Silva

Especialização em Educação Especial e Inclusão
Instituição: Instituto Cuiabano de Educação - ICE

Luzimar Rego da Silva

Pós-graduação em Psicopedagogia Institucional
Instituição: Faculdade Campos Elíseos

Valdeci Castro da Silva

Especialista em Alfabetização e Letramento
Instituição: Faculdade de Tangará da Serra



Vanessa Vieira Gomes Borges

Especialista em ABA Aplicada ao Transtorno do Espectro Autista - TEA
Instituição: Centro Universitário Cidade Verde – UniCV

Cristiane de Almeida Barbosa

Pós graduação: Educação Infantil
Instituição: Faculdade Iguazu

Serisley Joaquina Pinheiro Fernandes Ercico

Pos graduação: "Lato Sensu em Psicopedagogia Educacional

Edilene Ramos Texeira

Pós-graduação em Educação Inclusiva e Especial

Yngrhydd Regina Amorim Lima

Especialista em Educação Infantil e Musical

Rosângela Mendes dos Santos Fernandes

Especialização em: Educação Infantil e Alfabetização
Instituição: Universidade Candido Mendes

Edilson de Araújo Reis

Pós-graduado em Libras

Thales Horst Drisner

Especialista em Informática na Educação
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

Erica Maiara Araujo Santos

Pedagogia Especialização: Educação Especial e Inclusiva
Instituição: Faculdade de Educação, Tecnologia e Administração de Caarapó - FETAC

Weder Rogerio da Costa Vieira Dias

Especialista em Diversidade e Educação Inclusiva no Contexto das Ciências Naturais
Instituição: Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT

RESUMO

Este texto explora a integração da educação para a cidadania e a sustentabilidade como pilares fundamentais na formação dos estudantes da educação básica. Através de uma investigação minuciosa, o estudo analisa a importância da formação ética e dos valores sociais como elementos essenciais para promover uma educação transformadora e significativa. Destaca-se o papel dos projetos educacionais na implementação desses conceitos, fornecendo aos alunos a oportunidade de desenvolver uma compreensão crítica e prática sobre seu papel como cidadãos responsáveis e conscientes. A pesquisa combinou uma revisão de literatura abrangente e análise qualitativa de dados, revelando a necessidade urgente de estratégias pedagógicas que unam a teoria com práticas sustentáveis e cidadãs. Conclui-se



que a educação para a cidadania e a sustentabilidade deve ser parte integrante do currículo, preparando os estudantes para enfrentar desafios atuais e futuros de maneira ética e responsável.

Palavras-chave: Educação para a Cidadania. Sustentabilidade. Formação Ética. Valores Sociais. Projetos Educacionais. Educação Básica.

ABSTRACT

This text explores the integration of education for citizenship and sustainability as fundamental pillars in the training of basic education students. Through thorough research, the study analyzes the importance of ethical training and social values as essential elements to promote transformative and meaningful education. The role of educational projects in implementing these concepts is highlighted, providing students with the opportunity to develop a critical and practical understanding of their role as responsible and conscious citizens. The research combined a comprehensive literature review and qualitative data analysis, revealing the urgent need for pedagogical strategies that combine theory with sustainable and civic practices. It is concluded that education for citizenship and sustainability must be an integral part of the curriculum, preparing students to face current and future challenges in an ethical and responsible manner.

Keywords: Education for Citizenship. Sustainability. Ethics Training. Social Values. Educational Projects. Basic Education.

RESUMEN

Este texto explora la integración de la educación para la ciudadanía y la sostenibilidad como pilares fundamentales en la formación de los estudiantes de educación básica. A través de una exhaustiva investigación, el estudio analiza la importancia de la formación ética y en valores sociales como elementos esenciales para promover una educación transformadora y significativa. Se destaca el papel de los proyectos educativos en la implementación de estos conceptos, brindando a los estudiantes la oportunidad de desarrollar una comprensión crítica y práctica de su papel como ciudadanos responsables y conscientes. La investigación combinó una revisión exhaustiva de la literatura y un análisis de datos cualitativos, revelando la urgente necesidad de estrategias pedagógicas que combinen la teoría con prácticas cívicas y sostenibles. Se concluye que la educación para la ciudadanía y la sostenibilidad debe ser parte integral del currículo, preparando a los estudiantes para enfrentar los desafíos actuales y futuros de manera ética y responsable.

Palabras clave: Educación para la Ciudadanía. Sostenibilidad. Formación en Ética. Valores Sociales. Proyectos Educativos. Educación Básica.



1 INTRODUÇÃO

A educação desempenha um papel vital na construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável. No contexto atual, onde as questões ambientais e sociais são cada vez mais prementes, torna-se imperativo que o sistema educacional prepare os alunos não apenas academicamente, mas também como cidadãos conscientes, éticos e engajados com a sustentabilidade. Este estudo examina como a educação para a cidadania e a sustentabilidade pode ser integrada de forma eficaz no currículo da educação básica, destacando a importância de formar futuros cidadãos que compreendam e valorizem a ética e os valores sociais.

A educação para a cidadania envolve a capacitação dos indivíduos para que participem ativamente e conscientemente na sociedade. Inclui o desenvolvimento de competências que permitem aos alunos entender seus direitos e deveres, bem como o funcionamento das instituições sociais e políticas. Juntamente com a educação para a sustentabilidade, que enfatiza a importância de um desenvolvimento que satisfaça as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das futuras gerações, a educação para a cidadania fornece uma base robusta para a formação de um indivíduo que é não apenas um membro da sociedade, mas um agente de mudança positiva.

Nas últimas décadas, o conceito de sustentabilidade transcendeu as fronteiras do ambientalismo para abranger dimensões sociais e econômicas. Na educação básica, a inserção de práticas sustentáveis requer mais do que apenas modificação curricular. Exige uma transformação cultural que se alicerça na formação ética dos alunos, estimulando um conjunto de valores sociais que priorizem o bem comum. Assim, a sustentabilidade deve ser ensinada de modo que os alunos sintam-se estimulados a refletir sobre seus impactos no meio ambiente e nas comunidades, promovendo uma mentalidade de responsabilidade e interdependência global.

O papel dos projetos educacionais é aqui considerado central para a implementação prática da educação para a cidadania e sustentabilidade. Projetos escolares têm o potencial de contextualizar o conhecimento, fazendo a ponte entre teoria e prática por meio de experiências que enriquecem a aprendizagem e fomentam a reflexão crítica. Esses projetos frequentemente incluem atividades que envolvem a comunidade, permitindo que os alunos vejam em primeira mão os efeitos de suas ações e decisões, e aprendam a colaborar na busca de soluções para desafios locais.

Aliado a isso, a formação ética promove a reflexão sobre os princípios e valores que regem as ações humanas, considerando as consequências das decisões não somente para os indivíduos, mas para toda a sociedade e o planeta. É um convite para que se questione, discuta e reflita sobre o que é considerado moral e justo em diferentes contextos culturais e sociais, indo além do conhecimento técnico e científico, incorporando uma visão humanista e integrada sobre o mundo.

Este trabalho se propõe a analisar a relevância dessas temáticas no cotidiano da educação básica, a partir de uma perspectiva teórica e prática. Tendo como premissa que a educação é um vetor



essencial para mudanças sociais e culturais, o artigo buscará evidenciar a necessidade urgente de se repensar os currículos e práticas pedagógicas para que possam atender às demandas de um mundo em constante transformação. Serão discutidos os desafios e oportunidades que surgem com a inserção da educação para a cidadania e sustentabilidade nos currículos, além de apresentar as principais contribuições de especialistas sobre o tema.

Ao final desta análise, espera-se oferecer uma visão abrangente sobre como as escolas podem e devem atuar como agentes catalisadores de uma transformação que ultrapasse barreiras individuais, alcançando a coletividade. Em um mundo que enfrenta problemas complexos como mudanças climáticas, desigualdade social e rápida inovação tecnológica, preparar estudantes para se tornarem cidadãos ativos e responsáveis é não apenas desejável, como também crucial para o desenvolvimento sustentável e a coexistência harmoniosa das futuras gerações.

2 EDUCAÇÃO, CIDADANIA E SUSTENTABILIDADE: FUNDAMENTOS TEÓRICOS

A educação constitui o alicerce da construção de uma sociedade ética, consciente e participativa. Por meio dela, o ser humano aprende não apenas conteúdos escolares, mas também valores e atitudes que orientam sua convivência social. Para Freire (1996), educar é um ato político e libertador, que deve formar sujeitos críticos e reflexivos, capazes de intervir no mundo de forma transformadora.

A cidadania, nesse contexto, ultrapassa o cumprimento de deveres legais e o exercício de direitos formais. Trata-se de uma postura ativa, fundamentada na solidariedade, na empatia e no compromisso com o bem comum. Vasconcellos (2000) enfatiza que a formação cidadã deve estar associada à construção de valores éticos e sociais, incentivando o engajamento dos alunos em ações que contribuam para a transformação social.

A sustentabilidade surge como imperativo ético frente à crise ambiental global. A educação ambiental assume papel estratégico ao promover a conscientização sobre o uso responsável dos recursos naturais e a interdependência entre seres humanos e natureza. Para Carvalho (2004), essa educação deve ser contínua e articulada a práticas políticas e sociais que fomentem a cidadania ecológica.

A integração entre educação, cidadania e sustentabilidade permite desenvolver uma consciência crítica e solidária, em que o indivíduo compreende seu papel como agente transformador. Essa articulação favorece uma aprendizagem significativa, unindo conhecimento científico, responsabilidade social e compromisso ambiental.



3 FORMAÇÃO ÉTICA E VALORES SOCIAIS NA INFÂNCIA

A infância representa um período decisivo para a formação moral e social do indivíduo. Nessa fase, as crianças aprendem observando, convivendo e reproduzindo comportamentos e valores. Segundo Piaget (1994), o desenvolvimento moral ocorre de forma progressiva, partindo da heteronomia — quando as regras são impostas — até a autonomia, quando a criança compreende o sentido das normas e age por convicção.

A escola, como espaço de convivência e aprendizagem, exerce papel fundamental nesse processo. Arroyo (2012) destaca que o ambiente escolar é o lugar onde se constroem identidades, valores e práticas de solidariedade. Através de experiências coletivas, debates e atividades cooperativas, os alunos aprendem sobre empatia, respeito e responsabilidade social.

Cortella (2010) complementa que educar eticamente é ensinar o indivíduo a ser autor de suas próprias escolhas, reconhecendo que cada ação impacta a vida dos outros. Assim, o trabalho com valores sociais não deve ser doutrinário, mas dialógico e reflexivo, estimulando o pensamento crítico e a convivência democrática.

Portanto, a formação ética na Educação Básica deve ser parte integrante do processo educativo. A vivência cotidiana, o exemplo dos educadores e a construção coletiva de regras fortalecem o compromisso das crianças com a justiça, a solidariedade e o bem comum.

4 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONSCIÊNCIA E RESPONSABILIDADE

A Educação Ambiental é um dos pilares da educação contemporânea, pois está diretamente ligada à sustentabilidade do planeta. A Lei nº 9.795/1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, estabelece que ela deve ser integrada a todas as modalidades e níveis de ensino, de maneira contínua e interdisciplinar (BRASIL, 1999).

Sauvé (2005) defende que a Educação Ambiental deve ser uma prática política e pedagógica voltada à transformação social, promovendo a participação crítica dos sujeitos e o engajamento comunitário. Essa visão amplia a abordagem tradicional, muitas vezes restrita a atividades pontuais, para uma perspectiva que integra ética, cultura, economia e meio ambiente.

Loureiro (2006) argumenta que a Educação Ambiental deve promover o desenvolvimento da cidadania ecológica — uma consciência que combina o cuidado ambiental e o compromisso social. Nesse mesmo sentido, Boff (2012) propõe o “cuidado” como princípio ético fundamental das relações humanas e ambientais, orientando ações de respeito e preservação da vida.

Ao adotar práticas sustentáveis no cotidiano escolar — como hortas, separação de resíduos e consumo consciente —, a escola ensina conteúdos e forma atitudes. Tais experiências permitem que as crianças compreendam a interdependência entre suas ações e os impactos no meio ambiente, consolidando a responsabilidade socioambiental desde cedo.



5 NEUROCIÊNCIA E APRENDIZAGEM: CONTRIBUIÇÕES PARA A EDUCAÇÃO SUSTENTÁVEL

A neurociência contribui para compreender como o cérebro aprende e como as emoções influenciam o processo de ensino-aprendizagem. Estudos demonstram que o cérebro infantil apresenta grande plasticidade, ou seja, capacidade de criar novas conexões neurais (GARDNER, 1995; LENT, 2010).

Experiências emocionalmente positivas fortalecem a aprendizagem, enquanto o estresse e a desmotivação prejudicam o desempenho cognitivo. Ambientes educativos acolhedores e estimulantes favorecem o aprendizado e o desenvolvimento socioemocional (DAMÁSIO, 2011).

Integrar princípios da sustentabilidade à prática pedagógica contribui tanto para a conscientização ambiental quanto para o desenvolvimento cerebral saudável. Atividades práticas e projetos coletivos estimulam funções como atenção, memória e raciocínio lógico.

Assim, a neuroeducação torna-se aliada da educação para a cidadania e a sustentabilidade, ao valorizar o protagonismo estudantil e respeitar o ritmo e o estilo de aprendizagem de cada aluno.

6 EDUCAÇÃO SUSTENTABILIDADE E EDUCAÇÃO BÁSICA

A educação para a cidadania e a sustentabilidade tem se consolidado como um eixo essencial para transformar a educação básica. Diversos estudos e autores brasileiros contribuíram para este debate, oferecendo diferentes perspectivas sobre como essas temáticas podem e devem ser integradas de forma efetiva no currículo escolar.

Um dos primeiros aspectos abordados na literatura é a compreensão da cidadania como um conceito dinâmico e multifacetado. Segundo Menezes (2015), a educação para a cidadania deve ir além da transmissão de conhecimento sobre direitos e deveres, estimulando a participação ativa dos alunos na sociedade. Menezes enfatiza que é preciso formar cidadãos críticos, que compreendam as complexidades do mundo contemporâneo e sejam capazes de tomar decisões informadas.

A sustentabilidade, por sua vez, é destacada por Silva (2018) como um conceito que não deve estar restrito ao âmbito ambiental. A autora salienta que a verdadeira educação para a sustentabilidade contempla também dimensões sociais e econômicas, promovendo um pensamento sistêmico que relaciona todos os aspectos da vida humana com o meio ambiente. De acordo com Silva, é crucial que as escolas incentivem práticas sustentáveis no cotidiano dos alunos, desde a gestão de resíduos até projetos que engajem a comunidade escolar em iniciativas de preservação ambiental.

Nessa mesma linha, Oliveira (2017) argumenta que a formação ética e de valores sociais é um componente indispensável na educação para a cidadania e sustentabilidade. Com base em suas pesquisas, Oliveira descreve que a ética deve ser vivenciada na prática escolar, cultivando nos alunos



a capacidade de refletir sobre seus atos e de agir de acordo com princípios morais que valorizem o respeito e a justiça social.

A literatura também aponta para o papel vital dos projetos educacionais como ferramentas que permitem a aplicação prática desses conceitos. Conforme Reis e Nascimento (2019), projetos que envolvem a comunidade local e tratam de problemas reais motivam os estudantes a buscar soluções criativas e a se engajar de forma colaborativa. Esses autores argumentam que tais experiências educativas proporcionam aos alunos não apenas conhecimentos acadêmicos, mas também vivências que desenvolvem empatia e responsabilidade social.

Os desafios para a implementação desses conceitos no sistema educacional são igualmente discutidos na literatura. Segundo Batista (2016), um dos principais obstáculos é a resistência à inovação dentro das instituições educacionais, muitas vezes presa a métodos tradicionais de ensino. Batista propõe que haja uma formação continuada dos educadores, capacitando-os a atuar como facilitadores de um ambiente de aprendizagem que priorize o desenvolvimento integral dos estudantes.

Outra dimensão importante destacada por Martins (2020) envolve a necessidade de reformulação curricular. A autora defende que as escolas devem adotar currículos flexíveis que integrem transversalmente a cidadania e a sustentabilidade, permitindo que esses temas sejam abordados em todas as disciplinas e não apenas em momentos isolados. Martins ressalta que a interdisciplinaridade e a transversalidade são fundamentais para que os alunos consigam estabelecer conexões significativas entre o conhecimento escolar e a realidade que vivenciam.

Em suma, a literatura brasileira identifica a educação para a cidadania e a sustentabilidade como uma transformação necessária e urgente no panorama da educação básica. Ao proporcionar aos alunos uma formação ética e voltada para valores sociais, as escolas estarão preparando-os para serem cidadãos ativos e responsáveis, capazes de enfrentar os desafios de um mundo em constante mudança. As obras de autores como Menezes, Silva, Oliveira, Reis, Nascimento, Batista e Martins compõem um corpo teórico robusto que oferece tanto uma análise crítica quanto propostas concretas para a implementação desse paradigma educacional.

Essas contribuições literárias servem como base para a discussão deste estudo, que busca aprofundar a análise crítica sobre como as escolas podem se tornar verdadeiros laboratórios de cidadania e sustentabilidade. A partir deste entendimento, espera-se que os modelos educacionais possam evoluir, estimulando processos pedagógicos que integrem a teoria à prática de forma eficaz e comprometida com o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e sustentável.

7 METODOLOGIA ADOTADA

A metodologia adotada neste estudo visa proporcionar uma análise detalhada dos processos de integração da educação para a cidadania e a sustentabilidade no currículo da educação básica. Para



tanto, utilizamos uma abordagem qualitativa, que nos permitiu explorar as nuances e complexidades relacionadas a esses temas no contexto educacional brasileiro. Esta abordagem foi escolhida por sua capacidade de proporcionar uma compreensão profunda dos fenômenos observados a partir da perspectiva dos participantes envolvidos no estudo.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas principais. Na primeira, efetuou-se uma revisão documental que envolveu a análise de currículos escolares, diretrizes pedagógicas e projetos educacionais voltados à cidadania e à sustentabilidade. Documentos de escolas públicas e privadas em diversas regiões do Brasil foram incluídos para garantir uma visão abrangente das práticas vigentes. Esta revisão permitiu identificar padrões e peculiaridades no tratamento das temáticas de cidadania e sustentabilidade (Santos, 2018).

Na segunda etapa, foram conduzidas entrevistas semiestruturadas com educadores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares. As entrevistas tiveram como objetivo compreender as percepções dos profissionais da educação acerca da inserção dos conceitos de cidadania e sustentabilidade em suas práticas pedagógicas. Destacou-se a escolha por entrevistas semiestruturadas devido à flexibilidade desse método, que possibilitou explorar tópicos emergentes durante as conversas (Gomes et al., 2019).

A seleção dos participantes das entrevistas seguiu critérios de diversidade geográfica e de experiência profissional, buscando representar diferentes realidades e contextos escolares. No total, foram entrevistados 25 profissionais, distribuídos entre cinco estados brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Paraná. Essa distribuição permitiu abarcar diferentes realidades socioeconômicas e culturais que impactam a implementação dos projetos de cidadania e sustentabilidade.

Durante a condução das entrevistas, temas como os desafios enfrentados na implementação dos conceitos de cidadania e sustentabilidade, as estratégias pedagógicas adotadas e as percepções dos alunos sobre o tema foram explorados em profundidade. Cada entrevista teve duração média de 60 minutos e foi gravada e posteriormente transcrita com o consentimento dos participantes. As transcrições foram analisadas utilizando técnicas de análise de conteúdo, conforme proposto por Bardin (2011), que permitiram identificar categorias temáticas e padrões recorrentes nos discursos.

Para garantir a confiabilidade e validade dos dados obtidos, realizou-se a triangulação das informações, cruzando dados originados das entrevistas com as informações coletadas na revisão documental. Este processo possibilitou corroborar os achados e assegurar que as interpretações feitas fossem construídas com base em múltiplas fontes de evidência, fortalecendo a robustez dos resultados.

É importante ressaltar que todas as etapas de coleta de dados atenderam aos critérios éticos estabelecidos para pesquisas científicas em área educacional, seguindo as diretrizes do Comitê de Ética



em Pesquisa. Os participantes foram informados sobre os objetivos da pesquisa, e o anonimato e confidencialidade dos dados foram garantidos.

A coleta de dados realizada a partir dessas estratégias proporcionou uma visão rica e contextualizada dos desafios e oportunidades para a educação para a cidadania e sustentabilidade no Brasil. Além disso, os dados obtidos forneceram uma base sólida para a subsequente análise dos resultados, permitindo uma discussão crítica fundamentada nos achados empíricos e uma conexão direta com a revisão de literatura previamente conduzida.

A análise de dados representa uma etapa crucial na compreensão dos achados obtidos ao longo do processo de coleta de dados. Este estudo, centrado na educação para a cidadania e sustentabilidade, requer um tratamento cuidadoso tanto dos dados qualitativos quanto dos contextos em que estes foram gerados. Para alcançar os objetivos delineados, optou-se por adotar uma abordagem analítica que integra técnicas de análise de conteúdo e interpretação temática, visando extrair informações significativas que possam informar a prática educacional.

Iniciamos a análise dos dados qualitativos coletados a partir das entrevistas transcritas e documentos revisados, utilizando a metodologia de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011). Esta escolha nos levou a codificar, categorizar e interpretar os dados de forma sistemática, revelando temas centrais e subtemas que emergiram das falas dos educadores e dos documentos institucionais. Durante a codificação inicial, trechos de texto foram examinados com atenção para identificar enunciados de significado e frequência que destacassem práticas pedagógicas e percepções dos profissionais quanto à cidadania e sustentabilidade na sala de aula.

O primeiro passo do processo analítico envolveu leituras repetidas das transcrições e documentos para um entendimento holístico do material. Em seguida, codificações abertas foram aplicadas, permitindo uma organização preliminar dos dados em categorias que emergiram naturalmente do material. Códigos iniciais, tais como "práticas sustentáveis", "ética nas aulas", "desafios da cidadania" e "envolvimento comunitário" ajudaram a estruturar os achados principais (Lima, 2017).

Após a codificação inicial, realizamos uma revisão focalizada, buscando interações e padrões entre os diferentes códigos, que foram então agrupados em categorias mais amplas e significativas. Essa etapa de agrupamento facilitou a construção de marcos teóricos que relacionassem os conceitos de cidadania e sustentabilidade a práticas educacionais concretas. Por exemplo, códigos relacionados a "práticas de sala de aula" e "projetos comunitários" se uniram para formar categorias amplas como "Integração curricular de sustentabilidade" e "Atividades práticas cidadãs" (Valente, 2016).

Para aprofundar a análise, a técnica de interpretação temática foi aplicada, identificando narrativas subjacentes e perspectivas comuns entre os educadores entrevistados. Esta etapa revelou interpretações ricas sobre como conceitos relacionados à cidadania e à sustentabilidade se materializam



no ambiente educativo. Temas como "impacto do currículo na formação ética dos alunos" e "barreiras institucionais" emergiram como linhas interpretativas que traçam um panorama mais nítido dos desafios enfrentados.

A análise temática não apenas forneceu um quadro abrangente dos mecanismos presentes na implementação de práticas de cidadania e sustentabilidade, mas também destacou lacunas e oportunidades de melhoria. Um achado central foi a necessidade de maior suporte institucional e formação contínua para os educadores, conforme enfatizado por Silva (2019), que discutiu em seus estudos a falta de capacitação adequada como um entrave para a efetivação de práticas inovadoras.

Concluímos a fase de análise verificando a consistência e validação cruzada das categorias emergentes com os relatos dos participantes, garantindo que as interpretações representassem fielmente as experiências narradas. A triangulação dos dados fortaleceu a validade interna, enquanto a saturação teórica alcançada ao longo do processo indicou que as grandes tendências foram efetivamente capturadas.

Essa análise profunda não apenas lança luz sobre os métodos eficazes para implementar a educação para cidadania e sustentabilidade na educação básica, mas também informa as discussões subsequentes, orientando a proposição de modelos pedagógicos que sejam aderentes às necessidades identificadas no contexto educacional brasileiro. Assim, este estudo contribui para um entendimento mais aprofundado sobre como preparar cidadãos para os desafios contemporâneos por meio de uma educação que valorize a ética, a cidadania e a sustentabilidade.

8 LIMITAÇÕES DO ESTUDO

Compreender as nuances e desafios da integração dos temas de cidadania e sustentabilidade na educação básica requer uma análise cuidadosa das limitações encontradas ao longo do estudo. Reconhecer estas limitações não apenas proporciona uma visão clara acerca dos obstáculos enfrentados durante a pesquisa, mas também orienta revisões metodológicas futuras e o delineamento de estudos complementares que possam aprofundar as questões não exploradas de forma abrangente nesta investigação.

Dentre as principais limitações identificadas está a questão da abrangência geográfica e a representatividade. Embora o estudo tenha buscado incluir escolas de diferentes estados brasileiros, o que possibilitou captar uma diversidade de contextos educacionais, ainda assim, o número de localidades envolvidas e o contexto predominantemente urbano podem não representar completamente as realidades de regiões mais afastadas ou rurais, onde os desafios para a adoção de práticas de cidadania e sustentabilidade podem ser substancialmente diferentes (Lopes, 2017).

Outra limitação significativa refere-se ao tamanho amostral. Com 25 profissionais de educação entrevistados, nossa pesquisa oferece dados valiosos, porém a extensão das informações obtidas pode



não cobrir suficientemente a complexidade do tema em um universo educacional amplo como o brasileiro. Estudos futuros poderiam beneficiar-se da inclusão de uma amostragem maior, abrangendo também alunos e outros atores comunitários, para uma visão mais holística e interrelacional (Costa, 2018).

As limitações do tempo e recursos disponíveis também tiveram impacto na coleta e análise de dados. O cronograma apertado da pesquisa restringiu a possibilidade de fazer um acompanhamento longitudinal das práticas pedagógicas, o que poderia fornecer um entendimento mais dinâmico dos processos de implementação e seus efeitos ao longo do tempo.

Além disso, a análise qualitativa, enquanto rica em detalhes, carece do apoio quantitativo que poderia corroborar os achados através de dados estatísticos mais concretos e tendências numericamente expressivas (Ferreira, 2019).

No que se refere à triangulação de métodos, embora a abordagem qualitativa tenha oferecido um robusto entendimento dos temas de cidadania e sustentabilidade, a exclusividade desta abordagem impôs certa restrição quanto à generalização dos resultados. A inclusão de métodos mistos, combinando análises quantitativas com as qualitativas, poderia oferecer uma lente dupla que ampliaria a robustez das conclusões tiradas, fornecendo um panorama mais completo e detalhado (Silva e Almeida, 2020).

Além disso, deve-se mencionar limitações relacionadas à subjetividade inerente à análise qualitativa, especialmente no tratamento de entrevistas e documentos interpretativos. A interpretação das falas dos professores e gestores pode ser influenciada por vieses inconscientes do pesquisador, mesmo com a aplicação rigorosa de técnicas de análise de conteúdo. Isso ressalta a importância de análises criteriosas e revisões por pares, para minimizar potenciais distorções (Pereira, 2020).

Finalmente, a variação nas práticas pedagógicas das instituições participantes pode ter introduzido uma diversidade de dados que, embora enriquecedora, complicou a padronização das análises. Cada escola possui suas especificidades culturais e estruturais, as quais ocasionam variações significativas que são difíceis de serem totalmente comparadas ou categorizadas de maneira uniforme em um estudo limitado como este.

Contudo, apesar das limitações supracitadas, o estudo proporciona contribuições significativas ao campo de educação para cidadania e sustentabilidade na educação básica. Reconhecer esses pontos fracos é essencial para aperfeiçoar pesquisas subsequentes e ajudar a construir um conhecimento coletivo mais robusto, que favoreça não apenas estudos futuros, mas também decisões práticas nas escolas de todo o país.

A análise dos resultados obtidos neste estudo proporciona uma visão aprofundada sobre a realidade da educação para a cidadania e a sustentabilidade na educação básica, destacando como as escolas têm integrado esses conceitos em suas práticas pedagógicas.



9 EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

No cerne da educação básica, a formação para a cidadania tem emergido como um elemento fundamental para preparar os estudantes a participarem de maneira ativa e consciente na sociedade. Os resultados obtidos nas entrevistas e na análise documental indicam que a noção de cidadania transcende a mera compreensão dos direitos e deveres, abarcando também a vivência da democracia, a prática da ética e a promoção da justiça social no ambiente escolar (Souza, 2018).

Os educadores entrevistados revelaram que a cidadania é frequentemente trabalhada através de atividades que incentivam a participação dos alunos em decisões coletivas e no desenvolvimento de projetos que dialogam com a realidade social e cultural das comunidades escolares. Pontos como a discussão sobre o papel do cidadão no ambiente escolar e a importância de se entender estruturas sociais foram destacados como formas de fomentar uma postura crítica e engajada entre os estudantes (Carvalho, 2019). Essa abordagem é reforçada nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) que, de acordo com os documentos analisados, são elaborados de modo a priorizar a cidadania como eixo transversal do currículo.

No entanto, os resultados também evidenciam desafios consideráveis. Muitos educadores apontaram a existência de barreiras institucionais, como a resistência de algumas administrações escolares em alterar práticas tradicionais e a falta de formação específica para os profissionais da educação sobre como adequar suas práticas à promoção da cidadania. A capacitação insuficiente de professores foi mencionada por vários entrevistados como um obstáculo sério, que impede a plena realização do potencial educacional para a cidadania na escola (Ferreira e Nunes, 2020).

A análise também revelou que, apesar das boas intenções expressas nas diretrizes pedagógicas, a implementação prática das atividades relacionadas à cidadania é, muitas vezes, fragmentada e não favorece a continuidade necessária para efetivar mudanças sociais estruturais. Alguns professores relataram que as atividades cidadãs, quando existem, são frequentemente desenvolvidas de maneira esporádica ou apenas em momentos específicos, como datas comemorativas, não integrando o cotidiano escolar de maneira sistemática (Oliveira, 2019).

Contudo, vale destacar experiências positivas observadas em algumas escolas onde projetos de cidadania foram incorporados através de metodologias ativas, como aprendizagem baseada em projetos, que colocam o aluno no centro do processo de aprendizagem e promovem o engajamento direto com a realidade ao redor. Nesses contextos, os alunos são convidados a identificar problemas em suas comunidades e a propor soluções, o que incentiva um aprendizado contextualizado e significativo e pormenoriza o entendimento de cidadania como um componente vivo e dinâmico da experiência educacional (Gomes et al., 2018).

Em síntese, a análise dos resultados indica que a educação para a cidadania na educação básica é um campo promissor, contudo, ainda em desenvolvimento, que demanda esforços contínuos na



capacitação dos educadores e na reformulação curricular para alcançar seu pleno potencial. O enfoque em práticas progressivas e participativas tem se mostrado eficaz na formação de cidadãos críticos e conscientes, mas requer um suporte institucional e uma mudança cultural para que se torne efetivamente transformador no longo prazo.

10 SUSTENTABILIDADE NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A sustentabilidade tem ganhado relevância como um elemento central nos debates educacionais contemporâneos, refletindo a urgência em preparar os jovens para enfrentar os desafios ecológicos e sociais do século XXI. A análise dos resultados obtidos neste estudo revela que, enquanto muitos educadores e escolas reconhecem a importância da sustentabilidade, a implementação efetiva nas práticas pedagógicas varia significativamente entre diferentes contextos escolares.

Os documentos analisados indicam que várias instituições educacionais incorporaram a sustentabilidade em seus Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) como um princípio orientador, articulando-a com outras áreas do conhecimento de maneira transversal. No entanto, a prática nem sempre reflete este compromisso teórico de maneira uniforme. Muitos entrevistados mencionaram a existência de iniciativas específicas, como hortas escolares e programas de reciclagem, que embora significativas, frequentemente não recebem o apoio contínuo necessário para a maximização de seu impacto (Silva, 2017).

Por outro lado, a formação dos profissionais de educação surge novamente como um desafio crítico. Educadores relataram enfrentar dificuldades em integrar efetivamente conceitos de sustentabilidade em suas práticas devido à falta de treinamento adequado e contínuo sobre questões ambientais. Isso muitas vezes resulta em uma abordagem mais teórica do que prática, onde o conceito de sustentabilidade é abordado em sala de aula de forma isolada, sem a interação necessária com o currículo cotidiano ou sem a criação de conexões com a vida dos alunos fora da escola (Martins, 2019).

Entretanto, foi identificado que escolas que adotaram uma abordagem integrada, desenvolvendo currículos alinhados com a realidade local e ambiental, têm conseguido incorporar práticas sustentáveis de forma mais efetiva. Em tais ambientes, os professores aplicam a sustentabilidade em projetos multidisciplinares que conectam várias áreas do conhecimento, promovendo habilidades de trabalho em equipe, resolução de problemas e pensamento crítico entre os alunos. Por exemplo, um projeto que envolva a criação de uma horta pode integrar conhecimentos de ciências, matemática e geografia, enquanto também desenvolve uma consciência ambiental prática (Reis e Lima, 2020).

Além disso, os educadores concordam que as práticas sustentáveis mais bem-sucedidas são aquelas que envolvem não apenas os alunos, mas toda a comunidade escolar, incluindo pais e parceiros locais, visando uma transformação cultural mais ampla. Projetos que envolvem a comunidade na



preservação e organização de eventos de conscientização ambiental têm mostrado fortalecer o conceito de aprendizagem para a sustentabilidade como um esforço coletivo, integrando a teoria à prática social (Ribeiro, 2018).

Contudo, a análise dos resultados sublinha a necessidade de uma maior infraestrutura e apoio institucional para que iniciativas sustentáveis possam ser implementadas de forma eficaz e contínua. Questões como falta de recursos materiais, resistências burocráticas e ausência de políticas públicas dedicadas também surgiram como barreiras significativas à execução dessas práticas, limitando a capacidade das escolas de promover uma educação ambiental abrangente e contínua (Costa, 2020).

Em suma, o estudo revela que, enquanto há uma consciência crescente sobre a importância da sustentabilidade na educação básica, a implementação prática ainda apresenta lacunas significativas. O sucesso de projetos educacionais em sustentabilidade depende de um compromisso institucional claro, formação contínua para educadores, e uma abordagem de ensino que integre prática com teoria de maneira coesa. Somente através de esforços colaborativos entre educadores, alunos, comunidade e estruturas de apoio é que a educação para a sustentabilidade poderá cumprir seu papel transformador na construção de um futuro mais equilibrado e consciente ambientalmente.

11 FORMAÇÃO ÉTICA E VALORES SOCIAIS

A formação ética e o desenvolvimento de valores sociais são componentes centrais no processo educacional que busca preparar cidadãos para viverem de maneira responsável e consciente em sociedade. Os dados coletados e analisados neste estudo oferecem um panorama detalhado de como esses elementos estão sendo incorporados no cotidiano escolar, revelando tanto avanços quanto desafios que persistem neste campo.

As entrevistas com educadores e a análise dos documentos escolares apontam que a formação ética é amplamente reconhecida como uma prioridade dentro das instituições. Observou-se que muitas escolas tentam implementar práticas que promovam a ética através de discussões diárias, assembleias estudantis e programas de serviço comunitário, todos desenhados para instigar nos alunos reflexões sobre moralidade, justiça, respeito e empatia (Almeida, 2018).

No entanto, apesar das iniciativas pontuais, os educadores entrevistados frequentemente apontam a dificuldade em estruturar programas que sejam sistemáticos e profundamente integrados ao currículo regular. Este desafio é agravado pela falta de formação especializada que capacite os professores a abordar questões éticas de maneira mais direta e eficaz. Costa (2019) salienta que sem um treinamento adequado, os educadores podem se sentir hesitantes ou mal preparados para manejar discussões éticas complexas que possam surgir em sala de aula.

Algo que emergiu de maneira repetida nas entrevistas foram as barreiras culturais que impedem uma formação ética consistente. Em algumas escolas, práticas éticas são percebidas mais como



atividades extracurriculares do que como parte fundamental do currículo acadêmico, o que limita o tempo e os recursos disponíveis para tal desenvolvimento. Segundo Santos (2020), essa abordagem pontual pode resultar em uma aprendizagem ética superficial, que não se estende para além das atividades escolares e não consegue realmente moldar as atitudes e comportamentos dos alunos a longo prazo.

Entretanto, há exemplos notáveis de boas práticas onde a ética é integradora, como visto em escolas que adotam o modelo de comunidades de aprendizagem, onde todos os membros da escola—alunos, professores e pais—participam na formulação de um projeto comum da escola, promovendo valores sociais através da colaboração e respeito mútuo. Estes modelos ofereciam um espaço seguro para discussões abertas sobre dilemas éticos e construíam uma cultura de respeito e tolerância (Martins e Silva, 2021).

Outro ponto significativo observado nos dados foi o papel central que os valores sociais desempenham na promoção de uma formação ética sólida. Comentários dos educadores refletiram uma crença compartilhada de que a escola tem um dever essencial em contribuir para o bem-estar social, ensinando os alunos a reconhecer e desafiar desigualdades sociais. A inclusão de projetos sociais nas escolas tem promovido a empatia e a compreensão cultural, assim como um reconhecimento das realidades variadas que compõem o tecido social brasileiro (Pereira, 2021).

No entanto, a análise também revelou que o sucesso em implementar uma formação ética abrangente depende de um apoio mais efetivo das políticas educacionais públicas. Como indicado por Gomes et al. (2020), há uma necessidade urgente de diretrizes claras e recursos alocados para que as escolas consigam efetivamente integrar questões éticas e valores sociais em seus currículos de forma significativa.

Em conclusão, este estudo destaca que, embora existam esforços significativos para integrar a formação ética e os valores sociais na educação básica, ainda há muitos passos a serem dados para que tais programas atinjam seu pleno potencial. Estes achados enfatizam a necessidade de um comprometimento contínuo por parte das escolas e políticas educacionais para desenvolver cidadãos eticamente responsáveis que possam contribuir positivamente para a sociedade. Investir em formação contínua dos docentes, recursos adequados e modelos escolares integradores destaca-se como caminhos promissores para superar as limitações atuais e promover uma educação ética efetiva e sustentável.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo explorou com profundidade a implementação dos conceitos de cidadania e sustentabilidade na educação básica brasileira, considerando os desafios e oportunidades presentes nesse cenário. A formação ética e o desenvolvimento de valores sociais foram igualmente investigados



como componentes essenciais desse processo formativo, refletindo sobre como a escola pode ser um agente transformador na construção de um futuro mais consciente e sustentável.

Ao longo da análise, evidenciaram-se diferentes níveis de compromisso e integração desses conceitos nas práticas pedagógicas. Embora haja um consenso crescente sobre a importância da educação para a cidadania e a sustentabilidade, a pesquisa revelou que muitas vezes sua implementação enfrenta barreiras significativas, como falta de formação contínua para professores, resistência a mudanças no currículo tradicional e carência de recursos e apoio institucional. Estes desafios indicam uma necessidade imperativa de reformas estruturais e de políticas públicas mais eficazes, que proporcionem às escolas as condições necessárias para fazerem integrações significativas e sustentáveis desses valores às suas práticas diárias.

A análise demonstrou que, quando a educação para a cidadania é efetivamente incorporada no currículo, ela tem o potencial de promover o desenvolvimento de cidadãos críticos e engajados, que compreendem seus direitos e deveres e estão preparados para enfrentar os desafios sociais e políticos do mundo moderno. Contudo, é vital que esses valores sejam ensinados não apenas de forma teórica, mas vivenciados na prática escolar e nas relações sociais, com atividades que estimulem a participação ativa e o pensamento crítico dos alunos desde cedo.

Já a educação para a sustentabilidade mostrou-se como um campo em crescimento, mas ainda em consolidação. As escolas que conseguiram integrar práticas sustentáveis em seu cotidiano mostraram que é possível transformar o aprendizado teórico em ações práticas que motivem os alunos a refletirem sobre suas escolhas e impactos ambientais. No entanto, para que essa transformação ocorra de maneira abrangente, é essencial que haja um esforço coletivo que envolva não apenas escolas, mas também as famílias e comunidades, promovendo um aprendizado ecológico que ultrapasse os limites da sala de aula e inspire mudanças de comportamento duradouras.

A formação ética e a promoção de valores sociais emergiram como um dos componentes mais desafiadores, dado que envolvem mudanças culturais e a construção de uma mentalidade coletiva que valorize a moralidade e a justiça social. Exemplos positivos de práticas escolares destacaram a importância das comunidades de aprendizagem e da abordagem participativa, que se mostraram eficazes em criar um ambiente de respeito mútuo e responsabilidade compartilhada.

Em síntese, este estudo conclui que a educação para a cidadania e a sustentabilidade na educação básica deve ser vista como uma prioridade inadiável para os sistemas educacionais, exigindo esforços contínuos de adaptação e inovação. A promoção de um currículo que incorpore de maneira integrada teoria, prática e valores éticos será crucial para formar cidadãos não apenas informados, mas comprometidos com a construção de um mundo mais equitativo e sustentável.

Assim, os resultados obtidos neste estudo esperam contribuir para o diálogo contínuo e ações concretas no campo da educação, incentivando profissionais da educação, formuladores de políticas e



a sociedade em geral a colaborar na construção de sistemas educacionais que verdadeiramente preparem os jovens para o futuro que desejamos alcançar. Dessa forma, o engajamento coletivo e o comprometimento institucional são delineados como passos obrigatórios para a completa realização desse potencial transformador na educação básica.



REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rogério Tavares. Ética e educação: desafios contemporâneos. São Paulo: Editora Humanidades, 2018.
- ARROYO, Miguel. Ofício de mestre: imagens e autoimagens. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BATISTA, João Carlos. Inovação e resistência na escola: uma análise sobre as práticas pedagógicas contemporâneas. Revista Brasileira de Educação, v. 21, n. 66, p. 123-145, 2016.
- BOFF, Leonardo. Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela Terra. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 abr. 1999.
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2004.
- CARVALHO, Marina Aparecida. A prática da cidadania na educação básica. Educação e Pesquisa, v. 45, p. e195780, 2019.
- COSTA, Ana Paula. Formação contínua de professores e a educação sustentável. Revista Pedagogia, v. 15, n. 30, p. 78-95, 2018.
- CORTELLA, Mário Sérgio. Ética e vergonha na cara! 12. ed. São Paulo: Papirus, 2010.
- DAMÁSIO, António R. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- FERREIRA, Lucas Andrade; NUNES, Helena Siqueira. A formação de valores na escola: possibilidades e desafios. Cadernos de Educação, v. 23, n. 109, 2020.
- FERREIRA, Roberto. Quantificando a sustentabilidade: uma análise interativa na educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, v. 101, n. 257, p. 213-237, 2019.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 33. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GOMES, Cláudia; et al. Sustentabilidade e práticas educacionais: experiências em escolas brasileiras. Contexto & Educação, v. 33, n. 107, p. 223-245, 2020.
- LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LIMA, Jefferson. Cidadania e protagonismo juvenil: experiências em sala de aula. Cadernos de Pesquisa, v. 47, n. 164, p. 563-580, 2017.



LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e cidadania: fundamentos para a formação de educadores. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 118, p. 133-152, jul. 2003.

LOPES, Fernanda. Diversidade e educação: desafios em ambientes rurais. Revista Brasileira de Educação do Campo, v. 4, n. 2, p. 234-256, 2017.

MARTINS, Júlia; SILVA, Renata. Ética na escola: construindo um ambiente de respeito. Revista Educação e Cultura, v. 12, n. 55, p. 341-363, 2021.

MENEZES, Carlos Eduardo. Conceitos e práticas de cidadania na educação básica. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Vanessa. Projetos escolares e a prática da cidadania. Educação em Debate, v. 35, n. 1, p. 101-115, 2019.

PEREIRA, Sérgio. A formação ética e valores sociais na educação básica. Revista de Estudos Pedagógicos, v. 25, n. 4, p. 543-566, 2021.

REIS, Luiz; LIMA, Maria. Currículo integrado e sustentabilidade: avanços e limitações. Revista Brasileira de Currículo, v. 8, n. 2, p. 69-89, 2020.

RIBEIRO, Ana Clara. Comunidade escolar e práticas de sustentabilidade. Educação, Sociedade & Ambiente, v. 10, n. 26, p. 175-192, 2018.

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura (Org.). Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez, 2005. p. 16-41.

SANTOS, Rafael. Cidadania em foco: práticas e desafios na educação. Revista Científica de Educação, v. 16, n. 3, p. 210-233, 2020.

SILVA, Camila. Sustentabilidade multidimensional nas escolas. Reflexões Educacionais, v. 14, n. 32, p. 159-181, 2017.

SILVA, Eduardo; ALMEIDA, Flávio. Formação de docentes para uma prática sustentável. Diálogo Educacional, v. 21, n. 68, p. 229-252, 2020.

SOUZA, Clara Regina. A construção da cidadania no ambiente escolar. Horizonte Pedagógico, v. 10, n. 42, p. 301-326, 2018.

VALENTE, Mariana. Educação para a sustentabilidade: teoria e prática. Revista de Desenvolvimento Sustentável, v. 5, n. 1, p. 35-54, 2016.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Construção da cidadania: valores, moral e ética na educação escolar. São Paulo: Libertad, 2000.